Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,
Instituto de Ciências Humanas e Sociais,
Departamento Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Revista

IDEAS

Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

Revista IDeAS, v. 9, n. 1, 2015.

Revista IDEAS - Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

A Revista de estudos Interdisciplinares em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, é uma publicação coordenada e editada pelos alunos do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ
Instituto de Ciências Humanas e Sociais - ICHS
Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - DDAS
Programa Pós-Graduação de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA

Reitor: Ricardo Luiz Louro Berbara
Vice-Reitor: Luiz Carlos de Oliveira Lima
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós Graduação: Alexandre Fortes
Diretor do ICHS: Maria do Rosário Roxo
Chefe do DDAS: Karina Kato
Coordenador do CPDA: Maria José Teixeira Carneiro

Comissão Editorial:

Afonso Henrique de Menezes Fernandes
Ariane da Silva Favareto
Érika Catarina Melo Alves
Felipe Ferrari da Costa
Hana Mariana Cruz
Juanita Cuéllar Benavides
Marcelo Bruno Ribeiro Barbosa
Matheus Sehn Korting
Ricardo José Braga Amaral de Brito
Rodrigo Kummer
Simone Cristina Contente
Valdênio Freitas Meneses

Conselho Editorial:

Daniela Oliveira
Déa Lima Vidal
Edma do Socorro Silva Moreira
Eli de Fátima Napoleão de Lima
Elisa Castro
Eulalia Bezerra Araújo
Fabiano Escher
Faustino Teatino Cavalcante Neto
Joel Orlando Bevilaqua Marin
Josiane Carine Wedig
Margarita de Cássia Viana Rodrigues
Patricia dos Santos Pinheiro

Paulo Oliveira Diniz
Regina Bruno
Sandra Aparecida Kitakawa Lima

Revisão: Vania C. Santiago

Contato:

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade
Av. Presidente Vargas, 417, 6º andar
Centro – 20071-003 Rio de Janeiro, RJ
Tel./fax: (21) 22 24 85 77
revistaideas@gmail.com
www.ufrj.br/cpda/ideas

Apresentação

É com imensa satisfação que a equipe editorial da Revista IDEAS apresenta ao público mais um número. Vivemos um período de muitas incertezas e crises no ambiente institucional e produzir conhecimento no Brasil se torna uma batalha árdua e perseverante. Manter uma revista científica é parte desse esforço, uma tarefa que se divide em muitos braços e pensamentos. Essa disposição da equipe editorial, dos autores, pareceristas, revisores, dentre outros que mantem a esperança de dias melhores para ciência brasileira e para nossa sociedade como um todo.

Neste número, tornam-se públicos os resultados de diversas pesquisas circunscritas ao mundo rural brasileiro, especialmente em relação as tendências contemporâneas. São inquietações, preocupações e provocações diante de processos que historicamente tratam da temática como um resquício de atraso. É preciso reforçar que analisar o rural na ótica das ciências sociais polemiza um “lado oculto da lua” que revela muito do que somos como sociedade no Brasil. De uma forma geral todos os artigos publicados contrariam e mostram o grau de ilusões ou fatalismos de teses que apontariam que o rural estaria em desaparecimento. As discussões dos artigos cruzam temas mais gerais e conceituais até estudos de caso em diversas localidades do Brasil – Minas

Gerais, Amazonas, Rondônia, Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul. Debates que passam por questões alimentares, processos de conceituação de produção de sentidos políticos ante os atores sociais do campo como os agricultores familiares, da ruralidade no mundo globalizado, redefinições do artesanato e a insistente dinâmica dos conflitos agrários no Brasil – como o caso da questão indígena.

“A questão alimentar e a agricultura brasileira na era da biomassa” nos envolve num complexo e vívido debate sobre a suposta contradição entre a produção de agrocombustíveis e de alimentos. A questão, segundo o autor, não reside na dicotomia agrocombustíveis X alimentos, mas no modelo hegemônico de produção de ambos, nesse caso, dominado pelo agronegócio e por meio de técnicas ditas modernas e convencionais. Não questiona, portanto, a noção de “o que produzir”, mas de “como produzir”. Nos apontamentos apresenta exemplos de experiências de produção tanto de agrocombustíveis como de alimentos em sistemas agroecológicos. Chama a atenção para o conceito de “alimergia” e a importância da Soberania Alimentar como pressuposto de preservação ambiental e pleno acesso à alimentação sadia e culturalmente empoderada. Também aborda o tema da alimentação e políticas públicas o artigo **Impactos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nas unidades de produção camponesas do assentamento “8 de Junho”, em Laranjeiras do Sul – PR**. O texto debate como o PAA, em sua concepção geral, promove a Segurança Alimentar da população que recebe os alimentos e melhora as condições de renda dos produtores a partir do caso do “Assentamento 8 de Junho”. Os impactos também promoveram a formulação de uma cooperativa para comercialização dos alimentos; a viabilização das unidades de produção dos camponeses do assentamento; a melhoria e a garantia de renda; a diversificação produtiva; melhoria da alimentação das famílias assentadas; a valorização do trabalho feminino e o fortalecimento de práticas coletivas.

Estudos de caso sobre agricultura familiar são contemplados em dois textos, um no Rio Grande do Sul e outro em Minas Gerais. **Continuar, substituir ou diversificar? A percepção de agricultores familiares sobre a produção de tabaco no Vale do Rio Pardo/ RS**. tem base em material de pesquisa (entrevistas),

análise de conteúdo e estatística e analisa as percepções dos produtores de tabaco, de como a entrada nesse tipo de produção é vista como negativa e o que isso infere em estratégias de reprodução social e decisões coletivas. O processo decisório – seja ele de deixar ou continuar na produção de tabaco – leva em conta múltiplas variáveis: informações (por vezes restritas), influência de ambiente organizacional – relação que vai dos vizinhos até a indústria -, e experiências boas ou ruins na vida dos agricultores familiares. Todas essas variáveis permitem concluir que o processo de escolha dos agricultores não é guiado por uma lógica racional de maximização. O texto” **A população rural do território da Serra Geral Minas Gerais. Camponeses ou agricultores familiares?** “destaca as contradições inerentes aos projetos de enfrentamento da miséria e da pobreza no Norte de Minas Gerais, mais especificamente na Serra Geral. Aponta que eles carecem de uma melhor definição do público alvo, pois a população rural presente nessas áreas se consubstancia de um campesinato com características modernas, isto é, baseia-se numa organização pluriativa e policultora vinculada a noção de multifuncionalidade da agricultura. Uma melhor sintonia do conceito que trabalha a política pública não deve colocar os camponeses como miseráveis, mas a partir de suas múltiplas atividades produtivas. As políticas públicas deveriam desconsiderar uma pretensa homogeneidade social e assumindo o caráter heterogêneo que caracteriza, inclusive, as atividades e formas de vida camponesas.

Em um momento de discussão conceitual sobre ruralidade e desenvolvimento territorial temos dois artigos. **A redefinição da ruralidade e das culturas camponesas no processo de globalização** expõe em um aporte teórico fundamentado o paradoxo da ampliação dos efeitos da globalização sobre o mundo rural, inclusive, os processos de resistência. A ruralidade emerge, assim, como resignificação frente as dinâmicas sociais contemporâneas que não são homogeneizadoras como professam alguns profetas do mundo novo. Nesse processo de resistência o autor compara e aproxima a discussão do conceito de “indigenização do capitalismo”, proposto por Marshall Sahlins. As populações rurais camponesas, como indica, se reinventam constantemente e suplantam as teorias fatalistas que há muito vem anunciando o seu fim. **Artesanato rural na**

dinâmica do desenvolvimento territorial – entre a preservação e a comercialização busca compreender, por meio de aporte teórico, como o artesanato está inserido nas comunidades rurais e quais as suas contribuições. Em suas considerações o artesanato tem assumido cada vez mais uma proeminência econômica e distanciando-se de uma imagem apenas simbólica com vinculações culturais e identitárias. É uma atividade de renda, que oscila entre complementar a preponderante, trazendo em seu bojo aspectos complexos da preservação do patrimônio cultural material e imaterial e sua dinamização em expressão de mercado. O autor alerta, diante de um conjunto de pesquisas analisadas, para o risco de deslocamento simbólico das populações e seu artesanato produzido a partir de uma demanda de desenvolvimento territorial. É necessário que as comunidades se organizem coletivamente para dar sentido e definir estratégias de ação em relação a comercialização, donde o Estado poderá ser agente contributivo, sob pena dessa possibilidade de desenvolvimento se transformar em agudização de desigualdades sociais.

Em pesquisa de campo feita em dois assentamentos localizados no município paraense de Pacajá o artigo **Posseiro ou assentado? Reflexos do processo de interdição de assentamentos no território da Transamazônica e Xingú** analisa os processos de reforma agrária na região da Transamazônica e Xingu, e suas contradições da ação do Estado em relação a promoção do acesso à terra para as populações camponesas. Os assentamentos pesquisados foram criados como forma de regularização fundiária, haja visto seus ocupantes serem posseiros, mas foram interditados pela falta de estudos técnicos anteriores. Essa conjuntura expressa a forma ineficaz como a reforma agrária é conduzida na Amazônia, não atuando sobre a concentração de terras e não atendendo às demandas efetivas das populações sem-terra. Enquanto a burocracia alimenta suas extravagâncias morais, os camponeses parecem esquecidos pelo Estado. “Descendo” da região Norte para o Centro Oeste e entrando na questão política dos indígenas há um estudo sobre uma comunidade Suruí entre Rondônia e Mato Grosso. O texto **Interface entre o Desenvolvimento na Amazônia e as Comunidades Indígenas: A emergência dos Suruí como sujeitos da ação política** debate processos que atravessam a condição de sujeitos políticos dos Suruí

dentro de um Programa Integrado de Colonização: diferentes temporalidades entre índios e não índios, o papel da academia e questão do desenvolvimento em Rondônia se cruzam no recorte de observação do artigo que são entrevistas com os participantes do curso “Atividades econômicas em terras indígenas”. Os mecanismos de mudança em uma área historicamente marcada por exploração madeireira e invasão de colonos são perceptíveis a partir da relação entre a comunidade Suruí, ONGs, nacionais e estrangeiras, e atores acadêmicos.

A revista ainda apresenta a resenha da obra **Os piaçabeiros no médio rio Negro: identidade étnica e conflitos territoriais** publicada pela editora Paralelo e fruto de uma dissertação de mestrado em Antropologia Social da UFAM e premiada em 2013 pela ABA. Nela, a autora Ellyed Menezes traz contribuições para compreender às dinâmicas de um universo que abrange intrínsecas relações de poder entre “patrão” (comerciantes que se dizem donos dos igarapés onde há palmeiras de piaçaba) e “freguês” (piaçabeiros), em suma, vinculações étnicas e os conflitos territoriais a que estão envolvidos os coletores de piaçaba na região do Médio Rio Negro, no Estado do Amazonas.

Atenciosamente,

Comissão editorial